

## NOTAS PARA UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO INSTITUTO NOSSA SENHORA DO BRASIL (BRASÍLIA, 1970-1981)

Mônica Oliveira dos Santos<sup>1</sup>

Juarez José Tuchinski dos Anjos<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo reúne algumas notas para uma história da educação de surdos no Instituto Nossa Senhora do Brasil (INOSEB), em Brasília, entre os anos 1970 e 1981. Objetiva lançar luz sobre sujeitos educacionais ainda pouco visibilizados na historiografia educacional: as educadoras de surdos da capital federal e as práticas educativas que destinaram à comunidade surda local. A pesquisa documental toma por fonte histórica um livro de Atas da Instituição. Inicialmente, coloca a atenção nas educadoras do INOSEB – as Irmãs Calvarianas – e o significado do trabalho educativo feminino que desempenhavam. Em seguida, o foco recai sobre algumas práticas educativas de que lançavam mão no seu fazer pedagógico com os surdos. Sobre as educadoras, foi possível observar que, num contexto favorável à atuação social feminina – o da implantação da Nova Capital – as Calvarianas, a exemplo de outras mulheres da época, construíram um espaço para sua atuação enquanto religiosas e educadoras, materializado na implantação do Instituto Nossa Senhora do Brasil, em Brasília. Quanto às práticas educativas de que se valiam no trabalho pedagógico do Instituto, identificamos que elas giravam em torno da pedagogia oralista. Fosse por meio de práticas como o treinamento rítmico corporal e musical, motricidade geral (recortes, colagem, exercícios de linha), desenvolvimento visual e terapia ocupacional, o grande objetivo era levar os surdos a desenvolverem sua oralidade. Embora hoje essa concepção seja rechaçada, era muito valorizada naquela época, o que atesta que o INOSEB estava alinhado ao que de mais atual se dispunha naquele momento em matéria de educação de surdos.

**Palavras-chave:** história da educação; educação especial; educação de surdos; Brasília.

- 
- 1 Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da Universidade de Brasília. Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
  - 2 Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Professor de História da Educação e História da Educação Brasileira no Departamento de Teoria e Fundamentos e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do GRUPHE-UnB/CNPq.

---

-- ARTIGO RECEBIDO EM 28/04/2025. ACEITO EM 30/05/2025. --

## NOTES FOR A HISTORY OF DEAF EDUCATION AT THE INSTITUTE NOSSA SENHORA DO BRASIL (BRASÍLIA, 1970-1981)

**Abstract:** This article brings together some notes for a history of deaf education at the Instituto Nossa Senhora do Brasil (INOSEB) in Brasília between 1970 and 1981. It aims to shed light on educational subjects that have not been given much visibility in educational historiography: the educators of the deaf in the federal capital and the educational practices they provided to the local deaf community. The documentary research uses a book of minutes of the Institution as a historical source. Initially, it focuses on the educators of INOSEB – the Calvarian Sisters – and the significance of the female educational work they performed. It then focuses on some educational practices they used in their pedagogical work with the deaf. Regarding the educators, it was possible to observe that, in a context favorable to female social action – that of the establishment of the New Capital – the Calvarian Sisters, like other women of the time, built a space for their work as nuns and educators, materialized in the establishment of the Instituto Nossa Senhora do Brasil in Brasília. Regarding the educational practices used in the Institute's pedagogical work, we identified that they revolved around oralist pedagogy. Whether through practices such as body and musical rhythmic training, general motor skills (cutting, gluing, line exercises), visual development and occupational therapy, the main objective was to help deaf students develop their oral skills. Although this concept is rejected today, it was highly valued at that time, which attests to the fact that INOSEB was aligned with the most up-to-date developments in deaf education at that time.

**Keywords:** history of education; special education; education of the deaf; Brasília.

### INTRODUÇÃO

Este artigo, de natureza historiográfica, reúne algumas notas para uma história da educação de surdos no Instituto Nossa Senhora do Brasil (INOSEB), localizado em Brasília, no período que vai dos anos 1970 a 1981.

Este instituto começou a funcionar na capital do país em fins dos anos 1960 e mantém suas atividades até os dias de hoje. Trata-se de uma instituição confessional católica, criada e dirigida pela Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, as Calvarianas, fundada no século XIX, na França, pelo padre Pierre Bonhomme<sup>3</sup>. As Calvarianas não foram as primeiras a interessarem-se pela educação de surdos

---

3 Sobre a trajetória das Calvarianas até sua chegada à Brasília, sabe-se que “Por conta de uma enfermidade, o fundador levou suas congregadas a interessarem-se pela educação dos surdos, acolhendo, inclusive, as primeiras irmãs surdas na ordem religiosa (Calvarianas, 2022; Silva, 2012). Em decorrência do anticlericalismo vigente na Terceira República, na passagem do século XIX para o XX, a Congregação inicia sua expansão internacional, chegando, dentre outros países, ao Brasil, em 1906 (Mendonça, 1996). Aqui, instalaram-se inicialmente em Minas Gerais e posteriormente em São Paulo. Neste último estado, após alguns anos dedicando-se à educação de crianças sem deficiência, criaram, em 1929, o Instituto Santa Teresinha, na cidade de Campinas, voltado à educação dos surdos (Mendonça, 1996). Pouco tempo depois mudaram a instituição para a cidade de São Paulo (Leonardi, 2008) onde consolidaram o trabalho com esse público escolar. Nas décadas seguintes chegaram a outros estados brasileiros e, nos anos 60, decidiram iniciar um trabalho missionário-educativo voltado aos surdos na nova capital federal, Brasília” (Santos; Anjos, 2024, p. 129-130).

em Brasília. Na década de 1960, ocorreram várias iniciativas por parte da Fundação Educacional do Distrito Federal (Santos, Anjos, 2023), mas que não esgotaram esse campo de trabalho pedagógico. Antes, ajudaram a criar uma demanda para o atendimento especializado a esse segmento da população.

Diante da escassez de estudos sobre a história da educação especial em Brasília (Santos, 2023), este estudo objetiva, através da elaboração de algumas notas historiográficas, lançar luz sobre sujeitos educacionais ainda pouco visibilizados na historiografia educacional: as educadoras de surdos da capital federal e as práticas educativas que destinaram à comunidade surda local num passado mais ou menos recente. O olhar que lançamos sobre estas personagens e suas práticas assemelha-se àquele da historiadora Natalie Zemon Davis acerca dos camponeses anônimos da França do século XVI: vemos as educadoras como atrizes “que utilizando os recursos físicos, sociais e culturais de que dispunham, agiam no sentido de sobreviver, resistir e, às vezes, mudar as coisas” (Davis, 2001, p. 8-9).

Para nos aproximarmos desses sujeitos da história da educação dos surdos em Brasília, recorreremos, especialmente, a um Livro de Atas de reuniões do corpo docente existente no Arquivo do INOSEB, que através da operação historiográfica (Certeau, 2002) é aqui transformado em fonte. O livro de atas é aberto em 1973 e vai até o ano de 1981. Aderindo à metáfora poética de Natalie Zemon Davis (2006, p. 31, *tradução nossa*) entendemos que essas atas, enquanto fontes “não são uma prisão. São um fio mágico que [...] leva a pessoas que morreram há muito tempo, a situações já desaparecidas”, que cumpre aos historiadores ouvir e fazer reaparecerem no tempo. É claro que essas fontes não falam por si, mas só quando interrogadas, afinal, como alerta Jacques Le Goff (2007, p. 103),

a história, mesmo que recorra a uma escrita, permanece um esforço de explicação [...] Temos que tentar reencontrar o sabor do passado, a vida, os sentimentos, as mentalidades de homens e mulheres, mas em sistemas de exposições e interpretações de historiadores do presente. A evocação deve servir para ajudar a compreender.

Em suma, as fontes são aqui a base empírica através das quais interrogamos os personagens de nossa história, para compreender como educavam numa instituição pensada especificamente para a formação de pessoas surdas na capital do país. O recorte cronológico da investigação vai de 1970 – ano em que o INOSEB é reconhecido pelo Conselho de Educação do Distrito Federal – e vai até 1981, data final dos registros do Livro de Atas do Instituto.

A narrativa histórica que pudemos construir seguindo esses pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa documental está dividida em três partes. Inicialmente, colocamos nossa atenção nas educadoras do INOSEB – as Irmãs Calvarianas – e o significado do trabalho educativo feminino que desempenhavam. Em seguida, o foco recai sobre algumas práticas educativas de que lançavam mão no seu fazer pedagógico com os surdos. Na última parte, tecemos considerações, a modo de conclusão, sobre os resultados alcançados neste estudo.

## O trabalho educativo-religioso feminino com os surdos

O INOSEB é uma instituição filantrópica/ católica que, ao longo dos anos, sobreviveu apesar das dificuldades e desafios encontrados para seu funcionamento – em vários momentos, por exemplo, precisou mudar de endereço ou reduzir o número de alunos atendidos (Santos; Anjos, 2024) –, sob o comando das Irmãs Calvarianas, que persistiram no carisma da sua congregação em prol das pessoas surdas.

Segundo narra o Cardeal Damasceno Assis na sua história da Igreja Católica em Brasília,

O Instituto Nossa Senhora do Brasil, das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, situado à EQ/714 Sul, Bloco B, na Paróquia Nossa Senhora do Carmo, veio para Brasília em 1969, por iniciativa do padre Vicente Bournier, primeiro padre surdo do Brasil, e da irmã Yolanda Baldiotti. Parte do terreno foi doado e parte do terreno foi adquirido pela Congregação. A comunidade de Brasília foi fundada pela Irmã Baldiotti, tendo como irmãs de comunidade, as Irmãs Celina e Ruth Paltamino (Damasceno Assis, 2021, p. 178).

Irmã Yolanda Baldiotti, na verdade, veio na frente, chegando de início sozinha à Brasília, já em 1967, quando se deparou com grandes empecilhos, como a busca por um terreno onde pudesse funcionar o futuro Instituto e a definição se este se situaria em Brasília ou numa das cidades satélites (Santos; Anjos, 2024). Mesmo depois da instalação da comunidade, a escola de surdos dependeu da solidariedade de instituições amigas que cederam seus espaços, até a sua permanência definitiva no território da Paróquia Nossa Senhora do Carmo (Santos; Anjos, 2024).

Sabemos que a vinda das Irmãs Calvarianas à Brasília aconteceu menos de uma década após a inauguração da cidade. A criação da nova capital é

apresentada como uma das faces do “novo” Brasil proposto pelo Presidente Juscelino Kubitschek, sendo atribuída o adjetivo de cidade revolucionária justamente porque representava a superação de um contexto social, político e principalmente econômico na década de 60 (Fontenelle, 2017, p. 1).

As religiosas eram, de certa forma, partícipes dessas mudanças e desse espírito “revolucionário”. As Irmãs trouxeram com elas o desejo de impulsionar a cidade, alinhando-se, assim, à proposta de criação de uma capital, como outras mulheres daquela época, estudadas por Tânia Fontenelle, como “marco desenvolvimentista, a inserção do país no mundo moderno [...] gerando uma capital moderna para o Brasil que buscava se modernizar” (Fontenelle, 2017, p. 1-2). Ao registrar nesta pesquisa a atuação de mulheres religiosas nessa história, intentamos contribuir para que saiam “do silêncio de onde por muito tempo estiveram confinadas, fazendo romper o apagamento de sua atuação na memória social” (Fontenelle, 2017, p. 4).

Por isso, a contribuição das Irmãs Calvarianas nos primórdios de Brasília:

Nos faz refletir, de maneira mais profunda, sobre o entendimento de que o passado é uma construção histórica, o qual nos proporciona múltiplas possibilidades de abordagens, além de nos fazer refletir sobre o que constitui

o valor de nossa pesquisa, questionando o lugar da “mulher” como sujeito e objeto do conhecimento histórico. (Fontenelle, 2017, p. 5)

De fato, Brasília não foi construída apenas por homens, fosse na condição de políticos, arquitetos ou operários, tal qual imortalizado na narrativa em primeira pessoa de Juscelino Kubitschek no seu famoso livro *Porque construí Brasília* (Anjos; Barbosa, 2020). Junto deles viveram também muitas mulheres, casadas, viúvas ou solteiras – ou religiosas celibatárias, como era o caso das Calvarianas – que contribuíram para que a cidade se consolidasse, de fato, como nova capital. Trabalharam, de modo especial, no campo educacional, um espaço que, desde fins do século XIX, era visto como adequado para o sexo feminino (Almeida, 1998). No caso das religiosas, as escolas que estas mantinham – fossem os colégios ou instituições de ensino especial como a das Calvarianas – tornaram-se uma espécie de extensão de sua ação no mundo, a partir do qual contribuíam para a formação de homens e mulheres cristãos e que poderiam, pela via do acesso à educação, vir a ser também cidadãos úteis à pátria e à nação. Ainda mais no caso do trabalho com os surdos, segmento historicamente marginalizado na sociedade brasileira (Lobo, 2015).

Assim, “as mulheres religiosas, especialmente as freiras da Igreja Católica, tiveram papel importante em diversas ações ligadas ao campo educacional, saúde e assistência social, além de oferecerem um espaço alternativo para a independência da mulher.” (Silva e Bertoni, 2019, p. 607-608). A trajetória da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário é ilustrativa desse movimento: tendo surgido na França do século XIX, quando o contexto político daquele país se tornou hostil à Igreja, não hesitaram em buscar novos lugares, como o Brasil, onde pudessem desenvolver seu trabalho missionário. Brasília, nos anos 1960, era só mais um espaço e tempo para a expansão do trabalho dessas mulheres, ligadas por votos religiosos, a um ideal comunitário de serviço educativo aos surdos.

Contudo, ao longo da história, a mulher era representada pela Igreja Católica como

um ser inferior e submisso ao homem. Herdamos desta tradição uma visão negativa da figura feminina, uma vez que seu legado foi responsável pelo sufocamento de uma via feminina na teologia, na doutrina e na autoridade no cristianismo. Neste, o acesso ao poder institucional está legitimado pelo sexo e pelas representações simbólicas que foram sendo cristalizadas ao longo dos séculos. Nesse sentido, pode-se afirmar que este se institucionalizou como uma religião eminentemente masculina, uma vez que ser homem ou ser mulher, no âmbito religioso, significa mais do que uma representação sexual, ou seja, trata-se da possibilidade de acessar ou não o espaço do poder de hierarquia, do culto e até mesmo do ensino e da produção do saber teológico-religioso (Maciel e Silva, 2012, p. 2)

O fato de a vinda das Irmãs do Calvário ter sido mediada por um homem, o padre surdo Vicente Burnier, é exemplar dessa espécie de menoridade que a religião católica tende a imprimir sobre as mulheres religiosas. Também a necessidade de buscar uma rede de apoio para sua obra em setores da sociedade brasiliense dirigidos

por homens (Santos; Anjos, 2024), demonstra essa tensa relação de dependência-protagonismo que as freiras precisaram assumir para concretizar seu trabalho na nova capital. Em todo caso, em meio a interditos de gênero, as religiosas souberam conquistar seu espaço no meio educacional local, particularmente, pela expertise que demonstraram no trabalho educativo com os surdos.

Em 1970, quando pleitearam o reconhecimento do Instituto Nossa Senhora do Brasil junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal, as Calvarianas tiveram que comprovar, por títulos e currículos apresentados, que detinham conhecimento avançado em matéria de educação de surdos. Irmã Yolanda Baldiotti, por exemplo, apresentou atestado de habilitação para ensino particular; certificado de habilitação para o ensino de “surdos-mudos” (expressão da época); certificado de aptidão pedagógica para o ensino de “surdos-mudos” obtido na França e vários cursos realizados na área (Santos; Anjos, 2024).

Com base no capital cultural e nas redes de relações que souberam cultivar

as religiosas da Congregação de Nossa Senhora do Calvário produziram as condições adequadas para a implantação do INOSEB naquele contexto. Com efeito, desde sua chegada à Brasília, investiram na consolidação de uma rede de apoio ao mesmo tempo em que souberam utilizar-se de seu capital educacional para lograr o reconhecimento de sua instituição, *pari passu* à construção do edifício que as abrigaria (Santos; Anjos, 2024, p. 149).

Além do trabalho pedagógico, as Calvarianas realizavam, também, sua atividade religiosa, o que impõe que desde já se caracterize o INOSEB como uma instituição confessional, que, além de educar surdos, visava evangelizá-los, nos termos da missiologia católica. Sobre essa atuação, relata o Cardeal Damasceno Assis:

O objetivo da Congregação ao vir para Brasília, foi o de trazer para a nova capital do Brasil a *missão evangelizadora junto aos surdos*, inicialmente por meio da educação especial. Essa atividade continua até hoje, 2020, com o apoio de pessoas ouvintes, intérpretes, sendo eles mesmos protagonistas da *ação evangelizadora* com os surdos, atuando como catequistas na *preparação dos sacramentos* de iniciação cristã: Batismo, Eucaristia e Crisma e responsáveis pelas celebrações litúrgicas, encontros e eventos (Damasceno Assis, 2021, p. 179, *grifos nossos*)

A década de 1970, foi, assim, o momento em que as Calvarianas puderam começar a desenvolver seu trabalho missionário-educativo junto à comunidade de Brasília, conforme veremos na seção a seguir. Nos limites deste artigo, trataremos exclusivamente da ação pedagógica das Irmãs, deixando o trabalho religioso que desempenharam para uma análise a ser realizada em outra oportunidade. Enfatizaremos, assim, alguns aspectos do fazer educativo com surdos praticado no INOSEB nos seus primeiros anos de funcionamento.

## Algumas práticas educativas do INOSEB

De acordo com o parecer de autorização do INOSEB, elaborado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal em 1970, o funcionamento do Instituto “seria dividido nas seguintes etapas de educação: a) Jardim de Infância, de duração variável; b) Classes Preliminares: 1º, 2º e 3º nível; c) Curso Primário até a 5ª série” (Santos; Anjos, 2024, p. 141). Tendo presente essa estrutura curricular, que certamente sofreu alterações a partir da Lei 5.692, que reformou os ensinos de 1º e 2º em fins de 1971, vejamos o registro de uma das Atas de reuniões de professores do Instituto<sup>4</sup>. Esse documento traz o início do ano letivo de 1973, especificamente em 15 de março.

No mês de março de 1973, [...] reuniram-se os professores do Estabelecimento. Assunto: Leitura do Regimento interno do Instituto; Horário Escolar; Problema do Uniforme do Professor e do Aluno. No dia 15 reuniram-se os professores... assunto: organizar o corpo administrativo do Instituto; necessidade de criar uma Comissão Especial para selecionar Bolsas de Estudos. No dia 18, reuniram-se, o corpo docente do estabelecimento e um representante dos pais, assunto: seleção dos pedidos de bolsas. (INOSEB, 1973-1981, p. 5-6)

Ao que parece, as Reuniões de Professores (1973-1981) foram práticas utilizadas pelas religiosas para organizar de forma pedagógica e administrativa o Instituto, demonstrando que ali funcionava uma escola. A compreensão dessas práticas pedagógicas e administrativas nos remete ao entendimento de Dominique Julia (2001), ao definir o conceito de cultura escolar como

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo épocas finalidades religiosas sociopolíticas ou simplesmente de socialização (Julia, 2001, p. 1).

À luz do conceito de Julia (2001), voltando ao mês de março de 1973, nos deparamos com a leitura do Regimento Interno do Instituto, o conjunto de normas elaboradas pelas religiosas para reger sua atividade pedagógica. Pressupõe-se que essa leitura foi realizada em voz alta a todos os presentes na dita reunião. Foi mencionado o horário de aula, o que denota o método disciplinar das Irmãs, possivelmente a fim de evitar atrasos por parte das professoras e tampouco dos alunos. Discutiu-se na reunião o problema do uniforme do professor e do aluno – evidenciando preocupação com o vestir-se e sentir-se membro da instituição – mas, ao mesmo

---

4 Conforme informações obtidas junto à atual direção do INOSEB, tanto religiosas como mulheres leigas foram professoras do Instituto durante sua história. Contudo, nas fontes consultadas, nem sempre é possível saber se, ao falar em professoras, a referência é a religiosas ou leigas. Supomos que, a exemplo do que ocorria com as religiosas, que detinham formação específica para atuação junto aos surdos, as professoras leigas (no sentido católico de não religiosas) também fossem especializadas.



tempo, com uma certa disciplina, em que não era liberado o uso de qualquer tipo de vestimenta para assistir a aula.

Tratou-se, ao final dessa reunião, da organização do corpo administrativo do Instituto e da necessidade da criação de uma Comissão Especial para a seleção de bolsas de estudo. Essa informação sinaliza que o Instituto ainda estava dando seus primeiros passos, pois não havia até aquele momento alguém que fizesse o trabalho administrativo. Podemos inferir com esse excerto que foram escolhidas entre as Irmãs ou docentes uma que ficasse responsável por isso. Quanto à comissão especial do INOSEB, era composta por professores junto com um representante dos pais dos alunos, uma espécie de Conselho Escolar da época, onde tomavam as decisões em reunião realizada no Instituto. Há no documento Ata das Reuniões de Professores (1973-1981, p. 3), também datada de 15 de março do ano 1973, a indicação dessa informação:

[...] Falou-se em seguida da necessidade de criar uma comissão especial composta de professores do Estabelecimento e de pais dos alunos, a fim de receber e selecionar os pedidos de Bolsa de Estudos dos alunos carentes de recursos financeiros. Ficou resolvido que a Comissão ficava, naquele momento criada, integrando a turma de professores presentes e mais um representante dos pais dos alunos que seria convidado para a próxima reunião [...] (INOSEB, 1973-1981, p. 3)

Aqui podemos ver que o Instituto tinha bolsistas, transparecendo que havia alguns alunos considerados carentes, donde a preocupação de encaminhá-los a um apoio assistencialista. A presença de alunos em condições de vulnerabilidade social era comum no sistema de ensino de Brasília, até mesmo nos jardins de infância, razão pela qual, desde cedo, implantou-se nas escolas públicas da capital a caixa escolar (Luz; Anjos, 2022). No caso do INOSEB, uma instituição privada, a solução era a concessão de bolsas, visando dar condições materiais de frequência à instituição para estudantes considerados pobres. Por meio da Comissão Especial para a seleção dessas bolsas de estudo, constatou-se nas fontes que eram “cinco os alunos de família de baixo nível financeiro, que necessitavam de ajuda da Direção de Assistência Estudantil (DAE) do Ministério de Educação e Cultura” (INOSEB, 1973-1981, p. 4). Esses alunos foram “todos relatados no mapa Discriminativo dos Candidatos a Bolsa” (INOSEB, 1973-1981, p. 4).

Sobre a atividade educacional propriamente dita, parte da escolarização no INOSEB, conforme indicam os registros na Ata de Professores do dia 6 de abril de 1973, era voltada ao treinamento rítmico corporal e musical:

A professora Dalva Haln de Carvalho esteve no treinamento rítmico corporal e musical. Esta professora fez uma apresentação daquilo que conseguiu com as crianças: -Fonemas- pa.ta/ Estruturas: pa.papo/ ta.ta.ta.to/ papapa.pa/ Palavras: pé. pau. papai. pato. Em seguida, discutiu-se sobre as estruturas com a finalidade de generalizar os movimentos, usados pela professora no treinamento rítmico corporal e musical. Em atividades diversas foram treinados os primeiros hábitos e motricidade geral com trabalhos de recortes, colagem, exercícios de linha, viso-motores, jogos de atenção, percepção, etc. Decidiu-se que na próxima semana será trocada a professora



do treinamento rítmico corporal e musical, iniciando-se a semana com a fiação do que foi dado, aumento progressivamente de acordo com as possibilidades das crianças. (INOSEB, 1973-1981, p. 5-6).

No final da década de 1970, foi elaborada pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura) em parceria com a DERDIC – Divisão de Educação e Habilitação dos Distúrbios da Comunicação – uma proposta pedagógica para educação de surdos, mencionada nas Atas, que deveria ser aplicada nas escolas especiais (Mec, 1979). A DERDIC funcionava em São Paulo, ligada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e tornou-se referência nos anos 1970 na educação oralista de surdos, razão pela qual deve ter estabelecido a mencionada parceria com o MEC. Embora a menção seja posterior à ata de 1973, supomos que as práticas prescritas pela DERDIC-MEC já estavam em circulação no INOSEB desde seus primeiros anos, já que o mencionado na Ata coincide com o que veio a ser prescrito em documento de 1979 produzido por esses órgãos (Mec, 1979).

Por meio do treinamento rítmico corporal e musical descrito na Ata de Professores, pretendia-se, no bojo da educação oralista praticada no período, apresentar a música não “como um sentindo musical, mas no valor derivado do ato de cantar [...] o foco da estimulação auditiva foi realizado com objetivo de melhorar a qualidade da emissão vocal para a fala” (Finck, 2009, p. 54). Era esse o tratamento dado aos alunos cuja orientação estava inserida no documento da DERDIC anos mais tarde, quando dizia que a “utilização da música com o deficiente auditivo constitui um recurso valiosíssimo para a exploração dos seus resíduos aditivos, fornecendo-lhe [...] condições para uma melhor comunicação oral” (Mec, 1979, p. 81). Essa mesma metodologia era utilizada em outras escolas, como a Ninota Garcia, em Aracaju, conforme descrevem Silva *et al.* (2013), ao demonstrarem que a instituição:

[...] utilizava fichas com figuras, possibilitando uma melhor compreensão da fala. Para os deficientes perceberem as vibrações das cordas vocais, uma de suas mãos era colocada no pescoço do docente, no momento da fala. Do mesmo modo, as professoras do Ninota procediam, como também apresentavam gravuras e ensinavam a pronúncia dos vocábulos simples aos mais complexos[...]. A professora Heloisa Aragão comenta que diariamente todos os alunos faziam exercícios de foniatria, soprando lápis deitados na carteira ou com bolas de borracha para exercitar os pulmões (Silva *et al.*, 2013, p. 180).

Percebe-se, assim, no meio desse caldo pedagógico em que estavam mergulhadas as instituições de educação de surdos da época, a preocupação com a oralização dos educandos, por meio de estímulos diversos, como a música. Pedagogia que, no fim da década, viria a ser consagrada na parceria MEC-DERDIC, mas que já circulava previamente entre os educadores de surdos.

No INOSEB também eram trabalhados os primeiros hábitos de motricidade geral. O Livro de Atas não nos revela a qual turma se referia. Entretanto, parece nos encaminhar para uma turma de 1º ano do primário, na qual eram aplicadas atividades com o propósito de desenvolver a psicomotricidade e a coordenação

motora, efetuadas com “recortes, colagem, exercícios de linha” (INOSEB, 1973-1981, p. 5-6). Aponta também que o INOSEB dava importância ao desenvolvimento visual da criança surda, ao mencionar as atividades “viso-motores, jogos de atenção, percepção” (INOSEB, 1973-1981, p. 5-6), indo ao encontro do observado por Nery e Batista (2004, p. 290) que anunciam o benefício para o surdo quanto ao processo de ensino com imagens visuais:

[...] o processo de ensino do aluno surdo se beneficia do uso das imagens visuais e que os educadores devem compreender mais sobre seu poder construtivo para utilizá-las adequadamente; a formação de conceitos seria facilitada utilizando representações visuais, e a sua adoção, nas atividades educacionais, auxiliaria no processo de desenvolvimento do pensamento conceitual, porque a imagem permeia os campos do saber, traz uma estrutura e potencial que podem ser aproveitados para transmitir conhecimento e desenvolver o raciocínio (Nery e Batista, 2004, p. 290).

Há registros também do recurso à terapia ocupacional, conforme consta também na Ata das reuniões de professores (INOSEB, 1973-1981, p. 8-9):

No dia 6 de abril de 1973 reuniram-se os professores do estabelecimento. Assuntos: Reunião da semana e do rendimento escolar dos alunos; motricidade; terapia ocupacional, etc.

Embora as fontes não aprofundem como acontecia esse atendimento, convém adentrar na formação do terapeuta ocupacional no Brasil, que, de acordo com Lopes (1999, p. 146):

Data da década de 50 o processo que seria a gênese do surgimento de diversos novos profissionais da saúde, incluída aí a terapia ocupacional. Portanto com algumas décadas de atraso em relação aos países centrais da economia ocidental, iniciam-se no país cursos visando a formação profissional de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, definidos então, coerentemente com o exposto acima, como exercendo ‘funções intermediárias’ (Brasil, 1974), assim entendidas em contraposição a ‘funções de nível superior’, visando o trabalho na área de reabilitação.

O trabalho dos “terapeutas ocupacionais nas discussões políticas na década de 60 a 80 refletiu em novos espaços de atuação não só na área da saúde, mas também no campo social e educacional” (Cervelin, 2020, p. 22). A profissão de Terapeuta Ocupacional é regulamentada e reconhecida como curso superior pelo Decreto-Lei 938, de 13 de outubro de 1969. Em seu artigo 4º, o decreto pondera que “É atividade privativa do terapeuta ocupacional executar métodos e técnicas terapêuticas e recreacional com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente” (Brasil, 1969, p. 8658).

Na década de 1970, encontramos, por meio dos estudos de Kolecza (2016), a trajetória do Colégio Estadual para Surdos Alcindo Fanaya Júnior, uma das mais antigas instituições do Paraná e do Brasil. Um dos atendimentos que existia nessa instituição, assim como no INOSEB, era a terapia ocupacional, que “era realizada em períodos de 1 hora, para no máximo 10 alunos”. (Kolecza, 2016, p. 120). Além disso

A didática aplicada contemplava ainda musicoterapia, terapia ocupacional, iniciação profissional e escolinha de artes. O setor da terapia da palavra envolvia a logopedia, a psicomotricidade e praxiterapia, com o objetivo do “desenvolvimento neuropsíquico para se chegar ao uso correto da linguagem”. (Kolecza, 2016, p. 106).

É possível, assim, na falta de evidências mais detalhadas nas Atas do INOSEB, aventar a hipótese, dentro do campo das possibilidades históricas (Davis, 1987), que fosse com práticas e objetivos semelhantes que a terapia ocupacional era desenvolvida na instituição dirigida pelas Calvarianas em Brasília, contribuindo com os objetivos oralistas da pedagogia ali posta em movimento.

Retornando à proposta da DERDIC – de fins da década de 1970, mas que refletia práticas já em circulação no INOSEB e em instituições congêneres – esta definia para os deficientes auditivos:

como metas prioritárias da reabilitação como indivíduos e a sua isenção no meio social como ser produtivo e atuante [...] Instituições especializadas, classes especiais anexas a escolas regulares centros de reabilitação, clínicas e demais modalidades poderão contribuir para a consecução dos fins propostos desde que adotem como premissas básicas de trabalho o potencial real dos educandos e as condições sociais do meio em que se situam (Mec, 1979, p. 9).

Assim, conforme consta nos registros do INOSEB, a instituição, como escola especial para surdos, seguiu oficialmente essa proposta da DERDIC, apresentada na Ata dos professores:

Em fins de junho de 1981, encontraram-se as professoras Irmã Helena Croda, Irmã Yolanda afim de avaliarem o rendimento escolar dos alunos. Constatou-se que houve bom aproveitamento para alguns e desinteresse de outros, verificou-se que o sistema mobral é para os surdos analfabetos, de muito difícil assimilação. Decidiu-se voltar a seguir a Proposta Curricular para Deficientes auditivos elaborada pela DERDIC-PUCSP (INOSEB, 1973-1981, p. 12).

Ao que tudo indica, o INOSEB havia parado de utilizar a metodologia adotada pela DERDIC por algum tempo e depois voltou a aplicá-la, pois o Mobral não foi favorável ao aprendizado dos surdos analfabetos, fazendo entender que, por essa razão, retornaram à utilização dessa proposta, que afinal, espelhava práticas já consagradas na instituição desde seus primeiros anos de funcionamento.

É significativo destacar, do conjunto das práticas educativas vistas até aqui, que historicamente o INOSEB, enquanto escola especial, estava vinculada “ao período vigente do *oralismo* [...] à correção via oralização” (Silva, 2011, p. 74-75). Por essa razão, está enlaçado “historicamente com a superação da *mudez*, mais do que da *surdez*, tendo a categoria *surdo-mudez* desempenhado um papel histórico fundamental nessas escolas” (Silva, 2011, p. 75). Nessa premissa, as educadoras acreditavam que o surdo poderia desenvolver a fala oral, por essa razão os estudos desenvolvidos por profissionais fonoaudiólogos tinham “a preocupação em produzir, então, formas reabilitadoras das funções auditivas com o objetivo de adequar o sujeito Surdo às convenções do padrão de normalidade ouvinte”

(Nascimento; Moura, 2018, p. 4). Sob essa ótica, Lebedeff E Madeira (2015, p. 185) explanam com exatidão o pensamento desse período e que estava presente também no INOSEB:

Aos surdos era oferecida a alternativa do Oralismo [...] e buscava uma “normalização” da surdez através de exercícios fono-articulatórios que permitiam a produção da fala e treinamento para leitura labial (Lebedeff; Madeira, 2015, p. 184 -185).

Além da atividade desenvolvida dentro dos muros da instituição, existia também um trabalho conjunto entre o INOSEB e a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, dada sua expertise no campo da educação oralista de surdos. Prova disso é que eram solicitadas para atuarem em outras escolas, pelo fato de se encontrar ali professoras com alto grau de especialização e também pela falta de profissionais nos quadros da Secretaria de Educação local. Como exemplo disso, temos no documento Ata das Reuniões de Professores (1973-1981) de em abril de 1973, constando o caso das professoras “Maria do Rosário Simões e Francisca de Lima Perdigão [que] foram convocadas pela Fundação Educacional e enviadas para servirem no Centro de Ensino Especial nº 3 de Taguatinga” (INOSEB, 1973-1981, p. 8). Esse tipo de parceria privado-pública foi, sem dúvida, outro braço de atuação do INOSEB no período histórico aqui considerado.

O INOSEB sobrevivia por meio de doações por parte da sociedade brasileira, para o qual eram promovidas ações beneficentes, cuja intenção era de angariar recursos para o trabalho com os surdos. A respeito dessas doações beneficentes, apresentamos alguns desses momentos registrados nas Atas de Reuniões Promotoras do INOSEB, de 29 de setembro de 1977:

Foi realizada uma reunião com um grupo de senhoras da sociedade local, com fins de ajudar na obra para deficientes auditivos [...] Irmã Yolanda expôs todos os problemas que vem passando a Instituição, e de imediato ela necessitaria a colaboração de todas para o término de duas salas de aulas destinadas a atender deficientes auditivos. Mostrou a todas o orçamento para o piso das referidas salas que ficarão numa base de CR\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos cruzeiros), orçamento este apresentado a ela em agosto de 1977. Imediatamente o grupo se prontificou a ajudar a cooperar no possível. O próprio grupo abriu o livro ouro, com a quantia de CR\$ 1.500,00. Foi também criado diversos grupos para recolhimento de gêneros alimentícios, a serem entregues na quinta-feira de cada semana. (INOSEB, 1977, p. 15)

Nesse documento é declarado que havia a presença de colaboradoras e que todas eram mulheres. Acreditamos se tratar, em sua maioria, de pessoas pertencentes à alta sociedade de Brasília, que, desde os primórdios da capital, envolviam-se em atividades de filantropia. Eram grupos de senhoras que, junto com as Irmãs Calvarianas, se reuniam para desfrutar de momentos de leitura da Bíblia, textos motivacionais, com temáticas como amor ao próximo e a importância da caridade (INOSEB, 1977), além da arrecadação de alimentos, cuja intenção era contribuir com a obra assistencialista às famílias mais carentes dos alunos surdos (INOSEB, 1977). Assim, pode-se deduzir que o trabalho educativo das Calvarianas com os

surdos confundia-se com o trabalho caritativo e filantrópico, sendo visto como uma forma de assistência feminina a um segmento da população que, de outra forma, poderia ficar à margem dos processos educativos. Era mais uma marca própria dessa Instituição no quadro da educação de surdos no Distrito Federal na época aqui estudada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo, através da elaboração de algumas notas historiográficas, lançar luz sobre sujeitos educacionais ainda pouco visibilizados na historiografia educacional: as educadoras de surdos da capital federal e as práticas educativas que destinaram à comunidade surda num passado mais ou menos recente.

Sobre as educadoras, foi possível observar que, num contexto favorável à atuação social feminina – o da implantação da Nova Capital – as Calvarianas, a exemplo de outras mulheres da época, apesar dos interditos de gênero, construíram um espaço para sua atuação enquanto religiosas e educadoras, materializado na implantação do Instituto Nossa Senhora do Brasil, em Brasília. Para isso contaram com o apoio da comunidade e, inclusive, de outras mulheres, como aquelas que compunham a alta sociedade local. Dialogando com práticas de filantropia, conseguiram, inclusive, garantir o acesso à educação mesmo às pessoas surdas pobres, por meio da concessão de bolsas de estudo.

Quanto às práticas educativas de que se valiam no trabalho pedagógico do Instituto, identificamos que elas giravam em torno da pedagogia oralista. Fosse por meio de práticas como o treinamento rítmico corporal e musical, motricidade geral (recortes, colagem, exercícios de linha), desenvolvimento visual e terapia ocupacional, o grande objetivo era levar os surdos a desenvolverem sua oralidade. Embora hoje essa concepção seja rechaçada, era muito valorizada naquele momento e, inclusive, sancionada por parcerias como a celebrada em MEC e DERDIC em fins da década de 1970. Nesse sentido, o INOSEB estava alinhado ao que de mais atual se dispunha naquele momento em matéria de educação de surdos, tendo garantido a essa comunidade, o acesso, senão à educação ideal, ao menos, a uma educação possível para aquele contexto.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

ANJOS, J. J. T.; BARBOSA, E. B. L. A narrativa de Juscelino Kubitschek sobre a escolarização em Brasília: vestígios de uma historiografia da educação. In: SILVA; F. C. T.; ANJOS, J. J. T. (orgs.). **Escrita da pesquisa em educação na região Centro-Oeste**. Vol. 4. Campo Grande: Editora Oeste, 2020, p. 57-75.

BRASIL. Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969. Provê sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, p. 8658, 14 out. 1969.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERVELIN, B. E. **Análise pedagógica crítica do trabalho da terapia ocupacional na educação inclusiva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba-SP, 2020.

DAMASCENO ASSIS, R. **A Igreja Católica em Brasília nos seus primórdios**. Brasília: Edições da CNBB, 2021.

DAVIS, N. Z. Introdução. In: **Culturas do povo:** sociedade e cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p. 7-10.

DAVIS, N. Z. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DAVIS, N. Z. **Pasión por la Historia:** entrevista con Denis Crouzet. Valência: PUV, 2006.

FINCK, R. **Ensinando música ao aluno surdo:** Perspectivas para ação pedagógica inclusiva. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FONTENELE, T. Mulheres na construção de Brasília-invisibilidade feminina na história da nova capital do Brasil. In: MUNDO DE MULHERES & FAZENDO GÊNERO, 13. & 11., Florianópolis, **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-12.

INOSEB. **Livro de Atas**. Brasília.1973-1981.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista brasileira de história da educação**, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.

KOLECZA, L. I. **De instituto de recuperação de surdos-mudos do Paraná a colégio estadual para surdos Alcindo Fanaya** Júnior: significado histórico e cultura escolar (1953-2015). (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

LE GOFF, Jacques. **Uma vida para a História**. Conversações com Marc Heurgon. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

LEBEDEFF, Tatiana Bolivar; MADEIRA, Diogo de Souza. As crônicas de Jorge Sérgio L. Guimarães e as representações da surdez entre as décadas de 1950 e 1960. **Reflexão e Ação**, v. 23, n. 3, p. 173-192, 2015.

LOBO, L. F. **Os infames da história:** pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LOPES, R. E. **Cidadania, políticas públicas e terapia ocupacional, no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa portadora de deficiência no município de São Paulo.** (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1999.

LUZ, A. S.; ANJOS, J. J. T. Financiamento e usos da caixa escolar nos jardins de infância de Brasília (1960-1970). **Entreideias**. Salvador, v. 11, n. 3, p. 39-58, set.-dez. 2022.

MACIEL, P. R. F.; SILVA, M. G. C. A Consagração Feminina nas igrejas cristãs em Campina Grande/PB: estudo comparativo entre as igrejas católica e evangélicas. *In*: SIMPÓSIO DA ABHR, 13., 2012, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Associação Brasileira de História das Religiões, 2012.

MEC. **Proposta Curricular para deficientes auditivos.** Brasília: MEC, 1979.

NASCIMENTO, V.; MOURA, M. C. Habilitação, reabilitação e inclusão: o que os sujeitos surdos pensam do trabalho fonoaudiológico? **Revista de Ciências Humanas**, v. 52, 2018, p. 1-19.

NERY, C. A.; BATISTA, C. G. Imagens visuais como recursos pedagógicos na educação de uma adolescente surda: um estudo de caso. **Paidéia**, v. 14, n. 29, p. 287-299, 2004.

SANTOS, M. O. **Uma história das práticas de educação dos surdos no Instituto Nossa Senhora do Brasil, no Distrito Federal (Décadas de 1960 a 1990).** (Mestrado Profissional em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília, 2023.

SANTOS; M. O.; ANJOS, J. J. T. O processo de implantação do Instituto Nossa Senhora do Brasil para a educação de surdos em Brasília. **Revista Educação Especial em Debate**. Vitória, v. 9, n. 18, p. 128-151, jul.-dez. 2024.

SANTOS; M. O.; ANJOS, J. J. T. Vestígios das primeiras iniciativas de educação de surdos em Brasília na década de 1960. **Série-Estudos**. Campo Grande, v. 28, n. 64, p. 5-25, set.-dez. 2023.

SILVA, C. A. A. **Entre a deficiência e a cultura: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, J. B.; BERTONI, L. M. Mulheres Religiosas da Igreja Católica: Liderança Feminina em Universo Masculino. **Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 29, n. 4, p. 604-611, 2019.

SILVA, L. C. *et al.* História da Educação de Surdos em Aracaju: Ninota Garcia. **Caderno de Graduação Ciências Humanas e Sociais**, v.1, n.17, p. 175-184, 2013.